

# NOTA PÚBLICA

Informamos que o STTR de Santarém ainda considera a interdição do Rio Arapiuns, como a única forma de chamar a atenção do mundo para o conflito estabelecido entre as populações tradicionais e os empresários do setor florestal, na Gleba Nova Olinda I; visto que o Governo do Estado do Pará, ainda não foi capaz de esclarecer as dúvidas que pairam sobre a intensa atividade florestal na Gleba, e nem mesmo responder às preocupações a respeito da preservação do complexo Mamuru/Arapiuns. Reiteramos nossa discordância da atual política florestal do Governo do Pará, pois esta submete às populações tradicionais, a perdas consideráveis em suas florestas de uso comunitário; obrigando-as a trocá-las por “empregos” que em geral não geram qualquer possibilidade de desenvolvimento sustentável para suas comunidades, e ainda às tornam subservientes àqueles que sempre negaram qualquer possibilidade de diálogo na divisão das riquezas deste Estado.

Esclarecemos que a ação de fiscalização realizada no último dia 22 de outubro pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMA) e Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR) na Gleba Nova Olinda I, foi insuficiente para esclarecer as denúncias de exploração ilegal de madeira na área, pois se restringiu às áreas das ADIPs (Áreas de Detenção Provisória de Imóvel Público), não se estendendo às áreas de exploração localizadas nas permutas.

De acordo com informações do Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental Público (SIMLAM), cinco AUTEFs (Autorização para Exploração Florestal) foram emitidas para as áreas de permutas da Gleba Nova Olinda I, em 2009. No entanto, de acordo com as informações de coordenadas geográficas que constam nas AUTEFs, essas autorizações não cobrem todos os pontos de exploração de madeira que foram detectados com base em imagens de satélite e documentados em campo. Neste sentido, o STTR entende que, dada à gravidade e extensão do problema, todas as atividades de exploração de madeira licenciadas na Gleba Nova Olinda I, incluindo aquelas autorizadas nas áreas permutadas, devem ser rigorosamente fiscalizadas para dirimir quaisquer dúvidas sobre a origem da madeira explorada na Gleba Nova Olinda I.

Entendemos que a emissão de autorizações para exploração florestal é apenas um dos passos no processo de adequação da atividade à legislação ambiental. O monitoramento dos Planos de Manejo Florestal Sustentável deve comparar o plano no papel - inclusive inventário de espécies, intensidade da exploração autorizada, definição de parcelas permanentes em áreas de referência, tratos silviculturais, se houver, abertura e manutenção de ramais etc. - com a realidade de exploração na floresta, para avaliar, na fiscalização de campo, o respeito à legislação e os impactos

ambientais das operações de manejo florestal (colheita de madeira mais árvores danificadas na queda e silvicultura).

Diante do exposto, o STTR de Santarém, deu entrada hoje, junto ao Ministério Público do Pará, em um requerimento de fiscalização ampla das áreas onde há exploração de madeira na Gleba Nova Olinda I. Em nosso pedido, solicitamos à averiguação do cumprimento dos marcos legais ambiental, fundiário, tributário e trabalhista, a se realizar com a presença de órgãos públicos (SEMA, IDEFLOR, Polícia Federal, IBAMA, ITERPA, Receita Estadual, Receita Federal) e de peritos independentes. Além do Ministério Público Estadual, repassaremos ao Ministério Público Federal, toda a documentação das atividades madeireiras em andamento na Gleba Nova Olinda I, esperando que estes, possam em tempo hábil, instar os órgãos competentes a proceder ampla ação de fiscalização na área.

Lembramos que a Gleba Nova Olinda I faz parte de um conjunto de glebas estaduais que, juntas, somam 1,8 milhões de hectares em áreas de difícil acesso. Essa realidade dificulta o controle das atividades de uso dos recursos, comprometendo a proteção das áreas de floresta com impactos que transcendem a questão fundiária e afetam diretamente comunidades tradicionais que habitam a região.



**NOSSA FORÇA É A NOSSA UNIÃO!**

**Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém**